

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. **Conjuntura econômica** O ano de 2012 foi caracterizado por desaceleração do crescimento econômico, tanto na economia mundial, quanto na economia brasileira. Segundo estimativas do FMI, o PIB (Produto Interno Bruto) global deve ter se expandido cerca de 3%. A desaceleração das economias americana e chinesa explica boa parte do fraco desempenho da economia mundial no ano. A atividade econômica brasileira teve crescimento modesto em 2012. Segundo as projeções do mercado, o PIB deve ter se expandido 1% no ano, dando sequência ao fraco resultado verificado em 2011, devido a economia cresceu 2,7%. O desempenho neste ano de 2012 foi reflexo da fraqueza da atividade industrial, devido à baixa competitividade do setor ante a concorrência externa. Além disso, o recuo dos investimentos diante das incertezas presentes no cenário internacional e o fraco crescimento doméstico também contribuíram para o crescimento abaixo da meta. As despesas com consumo, o motor da expansão econômica dos últimos anos, também perderam força em 2012. O elevado grau de endividamento das famílias e o consequente aumento da inadimplência (principalmente no setor automotivo) explicam a diminuição do ritmo de crescimento do consumo neste ano de 2012. Ante uma atividade econômica decepcionante, as autoridades governamentais utilizaram instrumentos para estimular a economia. Dentre estas, é importante citar: - a queda da taxa básica de juros (SELIC) para 7,25% ao final do ano, o menor patamar nominal da história recente; - isenções fiscais foram concedidas para setores produtores de bens de consumo duráveis (automóveis principalmente) e bens de capital; - a desvalorização do câmbio, buscando elevar a competitividade do setor industrial; e - a renúncia fiscal junto com a perda de receita decorrente do menor ritmo de atividade doméstica, resultou em redução do esforço fiscal em 2012. O superávit fiscal primário foi de 1,9% do Produto Interno Bruto em novembro, distante da meta de 3,1% prevista para o ano. O menor ritmo da atividade não foi acompanhado por semelhante arrefecimento inflacionário. O IPCA encerrou 2012 com alta de 5,8%, contra 6,5% apurada em 2011, ou seja, não refletindo ainda um ambiente de inflação contida. A inflação foi beneficiada por vários fatores como: i) a política de controle de preços dos combustíveis; ii) ausência de reajuste de ônibus urbano em SP; iii) redução da tarifa de energia elétrica em importantes regiões metropolitanas; iv) reduções do IPI para linha branca, móveis e autos; v) mudança de ponderação do IPCA, promovida pelo IBGE; entre outros fatores. O comércio exterior brasileiro foi também prejudicado pela crise internacional, principalmente pelo menor crescimento do mercado chinês, que afetou negativamente as cotações das principais commodities exportadas pelo Brasil. As exportações recuaram ao longo de 2012, mas a fraca performance da demanda doméstica seguiu as importações, permitindo que a balança comercial brasileira registrasse superávit de US\$ 19

bilhões no ano (US\$ 29 bilhões em 2011). A entrada de recursos vindos do exterior também foi menor em 2012, mas suficiente para financiar o déficit em transações correntes. As reservas internacionais fecharam 2012 estáveis, em torno de US\$ 378 bilhões. Mesmo com um cenário externo adverso, alimentado pela aversão ao risco, o mercado de ações em geral fechou 2012 com ganho de 7,4%, atingindo 60.952 pontos (IBOVESPA). No mercado de câmbio, a ação do Banco Central em produzir um câmbio mais competitivo levou a cotação do dólar a subir de R\$ 1,85 no início do ano para R\$ 2,04 ao final de 2012, resultando em depreciação de 13,1% no ano. Para 2013, o mercado tem a expectativa de crescimento ao redor de 3,3%. Esta recuperação será reflexo dos efeitos da flexibilização monetária, câmbio mais depreciado, política fiscal expansionista e a aceleração dos investimentos, principalmente no âmbito do PAC. No que tange à inflação, há uma perspectiva de 5,7% para o IPCA em 2013. **Comentário sobre o desempenho** No exercício findo em 31/12/2012, os Prêmios Emitidos pela Companhia totalizaram R\$25,8 milhões, crescimento de 0,9% frente ao ano anterior. Os Sinistros Ocorridos somaram R\$22,4 milhões, 0,9% maiores que no ano anterior. As Despesas Administrativas, incluídas as despesas com tributos, totalizaram R\$3,1 milhões, e corresponderam a 12,1% dos prêmios ganhos. A Companhia apresentou no ano de 2012 lucro de R\$1,2 milhão e seu Patrimônio Líquido atingiu R\$14,8 milhões. **Resultado do exercício de 2012 e proposta para sua destinação:**

	2012	2011
R\$ mil		
Lucro antes dos impostos e participações	1.456	3.881
(-) Impostos e contribuições	(296)	(1.566)
Lucro líquido do exercício	1.160	2.315
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(58)	(116)
Lucro líquido ajustado	1.102	2.199
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	275	550
Saldo dos dividendos obrigatórios (A)	275	550
Dividendos adicionais (B)	-	27
Saldo dos dividendos propostos (A) + (B)	275	577
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	827	1.622

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Companhia, no que se refere à avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários, conforme determina a legislação securitária vigente, observa a política de análise e gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. Não existem títulos e valores mobiliários classificados pela Companhia na categoria mantidos até o vencimento. A Companhia é parte em acordo de acionistas celebrado em 10/05/2002 por seus controladores e o *ING Insurance International B.V.*, regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013. A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011					
(em milhares de reais)					
Ativo	Notas	2012 (Reclassificado)	2011	Notas	2011
Ativo circulante	-	37.198	34.620	-	26.199
Disponível	-	171	87	-	1.041
Caixa e bancos.....	-	171	87	8	279
Aplicações	5	35.237	32.195	-	9
Outros créditos operacionais	6	694	1.371	9	271
Títulos e créditos a receber	-	1.096	959	-	66
Títulos e créditos a receber	-	-	1	-	-
Créditos tributários e previdenciários	7	473	318	-	303
Outros créditos	13	623	640	10	303
Despesas antecipadas	-	-	8	11	25.271
Ativo não circulante	-	11.824	11.940	-	25.271
Realizável a longo prazo	-	11.718	11.846	-	8.158
Aplicações	5	16	16	-	7.584
Títulos e créditos a receber	-	11.702	11.830	-	6.497
Créditos tributários e previdenciários	7	2.543	2.348	8	6.845
Depósitos judiciais e fiscais.....	14	9.096	9.425	7.2	633
Outros créditos operacionais.....	-	63	57	-	106
Investimentos	-	16	16	-	431
Imóveis destinados a renda.....	-	16	16	-	1.741
Imobilizado	-	56	55	14	431
Bens móveis	-	46	41	15	14.808
Outras imobilizações	-	10	14	-	9.866
Intangível	-	34	23	-	4.943
Outros intangíveis	-	34	23	-	(1)
Total do ativo	-	49.022	46.560	-	49.022
Passivo	-	-	-	-	46.560
Passivo circulante	-	-	-	-	24.411
Contas a pagar	-	-	-	-	625
Obrigações a pagar	8	279	679	-	9
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	-	282
Impostos e contribuições.....	9	271	282	-	66
Outras contas a pagar.....	-	-	-	-	74
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	-	-	-	303
Outros débitos operacionais.....	10	303	961	-	303
Provisões técnicas - Seguros	11	25.271	22.409	11	25.271
Danos	-	-	-	-	25.271
Passivo não circulante	-	-	-	-	8.158
Contas a pagar	-	-	-	-	7.584
Obrigações a pagar.....	8	6.845	6.011	8	6.845
Tributos diferidos.....	7.2	633	409	7.2	633
Outras contas a pagar.....	-	106	37	-	431
Outros débitos	-	-	-	-	431
Provisões judiciais.....	14	431	1.741	14	431
Patrimônio líquido	15	14.808	13.951	15	14.808
Capital social	-	-	-	-	9.866
Reservas de lucros.....	-	-	-	-	4.943
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	(1)
Total do passivo	-	-	-	-	49.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011								
(em milhares de reais)								
Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto	Reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2011	19.866	155	2.165	-	2.320	(2)	-	22.184
Redução de capital conforme AGO/E de 31/03/2011, aprovado pela Portaria SUSEP/CGRAT nº 1232 de 20/06/2011	(10.000)	-	-	-	-	-	-	(10.000)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	2	-	2
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.315	2.315
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal.....	-	116	-	-	116	-	(116)	-
Reserva estatutária	-	-	1.622	-	1.622	-	(1.622)	-
Dividendos propostos - R\$2,26 por ação ON e R\$2,49 por ação PN.....	-	-	-	-	-	-	(577)	(577)
Dividendos adicionais - R\$0,11 por ação ON e R\$0,12 por ação PN.....	-	-	-	27	27	-	-	27
Saldos em 31/12/2011	9.866	271	3.787	27	4.085	-	-	13.951
Dividendos adicionais propostos e pagos	-	-	-	(27)	(27)	-	-	(27)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.160	1.160
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal.....	-	58	-	-	58	-	(58)	-
Reserva estatutária	-	-	827	-	827	-	(827)	-
Dividendos propostos - R\$1,19 por ação ON e R\$1,31 por ação PN.....	-	-	-	-	-	-	(275)	(275)
Saldos em 31/12/2012	9.866	329	4.614	-	4.943	(1)	-	14.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar na região 6 (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos, podendo participar em outras sociedades, e que tem como acionistas, a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC", que detém a participação de 52,6884% e a Saepar Serviços e Participações S.A., denominada "SAEPAR", com 47,3116% de participação. A Companhia opera somente com a carteira do convênio de seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), cuja quota de participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., denominada "Seguradora Líder", a responsável pela administração dos Consórcios do Seguro DPVAT, é de 0,72% em 2012 (0,76% em 2011). Nessas demonstrações financeiras, o conjunto de empresas formado pela Sul América S.A., denominada "SASA" e suas controladas, o qual a Companhia faz parte (controlada indireta da SASA), é tratado pelo termo "SulAmérica". A SASA tem como principais acionistas a Sulasapar Participações S.A., com 60,14% das ações ordinárias e 33,47% de participação total, e a *ING Insurance International B.V.*, com 12,93% das ações ordinárias e 32,46% das ações preferenciais, com participação total de 21,59%. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras. As demonstrações financeiras comparativas de 31/12/2011 foram reclassificadas para atender a Circular SUSEP nº 430/2012, emitida em 05/03/2012. A única alteração ocorreu nas contas patrimoniais e refere-se a reclassificação da subconta "Outros créditos operacionais" para o nível de conta, removendo-a do grupo de contas "Crédito das operações com seguros e resseguros". O valor em 31/12/2011 é de R\$1.371. A Circular SUSEP nº 430/2012 não produziu efeitos no resultado. Na demonstração dos fluxos de caixa, 31/12/2011 apresentava a operação de DPVAT em linhas específicas. Foi feita a reclassificação dos valores de acordo com as operações originais. A Administração da Companhia julgou que o impacto dessa reclassificação no balanço em 01/01/2011 não é relevante, pois não afeta o capital circulante líquido e o patrimônio líquido e, portanto, não é significativo para a compreensão dessas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data. A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2013. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação.** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Operações do seguro DPVAT.** Os saldos dos ativos e passivos correspondentes ao percentual de participação nas operações do convênio DPVAT, são registrados contabilmente com base no Mapa DPVAT elaborado e encaminhado, mensalmente, pela Seguradora Líder e estão representados por: • **Aplicações:** classificadas no circulante e contemplam os títulos vinculados para a cobertura das provisões técnicas; • **Outros créditos operacionais:** classificados no circulante e representados pelos prêmios a receber; • **Depósitos judiciais:** classificados no não circulante e representam os valores depositados para a garantia das ações judiciais; • **Imobilizado:** contempla os equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros; • **Intangível:** representa os gastos com

desenvolvimento de *software*; • **Outros débitos operacionais:** contas a pagar; • **Provisões técnicas - Seguros:** a provisão de sinistros a liquidar (PSL) e provisão para sinistros ocorridos mas não avisados - *Incurred But Not Reported* (IBNR) representam os valores estimados dos pagamentos prováveis, líquidos de recuperação dos valores a recuperar das seguradoras consorciadas, dos sinistros avisados administrativa e judicialmente; e • **Provisões técnicas - Seguros (outras provisões):** Representada pela provisão de despesas administrativas (PDA). **3.2. Auração do resultado.** O resultado, incluindo o seguro DPVAT, é apurado pelo regime contábil de competência. **3.3. Balanço patrimonial.** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os saldos de créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.4. Instrumentos financeiros.** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários são reconhecidos nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.4.2. Disponíveis para a venda.** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.4.3. Mantidos até o vencimento.** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.4.4. Empréstimos e recebíveis.** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.5 Depósitos judiciais e fiscais.** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.6. Redução ao valor recuperável (Impairment).** A Companhia avalia mensalmente o valor recuperável dos seus instrumentos financeiros e outros ativos, quando aplicável, conforme legislação em vigor. A redução ao valor recuperável, quando existente, é apurada conforme metodologia interna aplicada, que segue as normas emitidas pelo CPC e SUSEP e monitorada até a recuperação do valor ou a extinção do ativo. Quando os ativos financeiros, incluindo recebíveis, tem redução ao valor recuperável por perdas de crédito, esse valor é registrado em uma conta separada, sem reduzir diretamente o valor contábil do ativo. **3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos, são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras. A ativação do imposto de renda e de contribuição social diferidos é estabelecida levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 5 anos. **3.8. Provisões para ações judiciais.** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos ad-

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011			
(em milhares de reais exceto onde mencionado)			
	Notas	2012	2011
Prêmios emitidos	-	25.813	25.581
Variações das provisões técnicas de prêmios	-	(293)	(28)
Prêmios ganhos	16.1	25.520	25.553
Receita com emissão de apólices	-	1.612	-
Sinistros ocorridos	16.2	(22.438)	(22.237)
Custos de aquisição	16.3	(375)	(372)
Outras receitas e despesas operacionais	-	(838)	371
Despesas administrativas	16.4	(2.051)	(2.423)
Despesas com tributos	-	(1.048)	865
Resultado financeiro	16.5	1.057	2.108
Resultado patrimonial	-	17	16
Resultado operacional	-	1.456	3.881
Resultado antes dos impostos e participações	-	1.456	3.881
Imposto de renda	17	(360)	(897)
Contribuição social	17	64	(669)
Lucro líquido	-	1.160	2.315
Quantidade de ações	-	231.624	231.624
Lucro líquido por lote de ações - R\$..	-	5,01	9,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	1.160	2.315
Outros componentes do resultado abrangente	(1)	2
Ganhos, líquido das perdas, não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	(1)	2
Resultado abrangente do exercício	1.159	2.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011		
(em milhares de reais)		

(b) **IAS 16 – Ativo imobilizado (Property, plant and equipment).** Em maio de 2012, houve uma revisão desta norma que classifica equipamentos de manutenção. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (c) **IAS 19/ CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (Employee benefits).** Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (d) **IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (Investments in associates).** Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (e) **IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma que trata sobre a compensação de ativos e passivos financeiros. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2014. Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma, esclarecendo que os efeitos fiscais na distribuição de instrumentos patrimoniais aos seus titulares devem ser contabilizados de acordo com o IAS 12. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (f) **IAS 34 – Demonstração intermediária (Interim financial reporting).** Em dezembro de 2011, houve mais uma revisão desta norma, que trata da informação por segmento de ativos e passivos totais em consonância com os requisitos do IFRS 8. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (g) **IFRS 7/CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (Financial Instruments: Disclosures).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma exigindo divulgações de ativos e passivos financeiros desconhecidos ou não. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. • **Novas. (a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Financial Instruments).** Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013, no entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo macro *hedging*), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implantação obrigatória para 01/01/2015. (b) **IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto (Joint arrangements).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. (c) **IFRS 12/ CPC 45 – Divulgação de participação em outras entidades (Disclosure of interests in other entities).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. (d) **IFRS 13/ CPC 46 – Mensuração do valor justo (Fair value measurement).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas. **4. Gerenciamento de riscos:** Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de crédito, de mercado e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes áreas da Companhia, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias são reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos. A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia. **4.1. Concentração das operações.** A Companhia trabalha somente com a Seguradora Líder porque opera somente em DPVAT e apenas essa seguradora está habilitada a administrar esse seguro no Brasil, onde cada uma das seguradoras possui um percentual de participação na operação (vide nota 1). A atuação da Companhia em DPVAT, através da Seguradora Líder, está distribuída entre as regiões:

	2012	2011
DPVAT		
Sudeste	94,70%	89,70%
Nordeste	0,44%	4,09%
Sul	1,23%	3,36%
Centro oeste	0,81%	1,66%
Norte	2,82%	1,19%
Total	100,00%	100,00%

4.2. Risco de crédito. O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos bilhetes vendidos pela Seguradora Líder e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras. Com relação ao risco de recebimento

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações.

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	7.634	7.633		7.633
Letras financeiras do tesouro	-	-	7.634	7.633	SELIC	7.633
Títulos de renda variável	-	-	6	6		6
Ações	-	-	6	6		6
Impairment	-	-	-	(6)		(6)
Quotas de fundos de investimentos	27.604	27.604	-	-		27.604
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	27.604	27.604	-	-		27.604
Subtotal	27.604	27.604	7.640	7.633		35.237
		78%		22%		100%
Outras aplicações	-	-	-	-		16
Total						35.253
Circulante						35.237
Não circulante						16

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	9.022	9.022		9.022
Letras financeiras do tesouro	-	-	9.022	9.022	SELIC	9.022
Títulos de renda variável	-	-	6	6		6
Ações	-	-	6	6		6
Impairment	-	-	-	(6)		(6)
Quotas de fundos de investimentos	23.173	23.173	-	-		23.173
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	23.173	23.173	-	-		23.173
Subtotal	23.173	23.173	9.028	9.022		32.195
		72%		28%		100%
Outras aplicações	-	-	-	-		16
Total						32.211
Circulante						32.195
Não circulante						16

5.2. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2011	20.785	17.996	38.781
Aplicações	4.112	18.177	22.289
Aplicações DPVAT	3.940	-	3.940
Rendimento resgate	(108)	(3.192)	(3.300)
Rendimento resgate DPVAT	(213)	-	(213)
Principal resgate	(4.265)	(25.572)	(29.837)
Principal resgate DPVAT	(3.631)	-	(3.631)
Resultado financeiro	2.538	1.611	4.149
Outros recebimentos	15	-	15
Ajuste a valor de mercado	-	2	2
Saldo em 31/12/2011	23.173	9.022	32.195
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2011	23.173	9.022	32.195
Aplicações	4.382	6.067	10.449
Aplicações DPVAT	7.769	-	7.769
Rendimento resgate	(57)	(768)	(825)
Rendimento resgate DPVAT	(661)	-	(661)
Principal resgate	(2.844)	(7.395)	(10.239)
Principal resgate DPVAT	(6.398)	-	(6.398)
Resultado financeiro	2.256	708	2.964
Outros pagamentos	(16)	-	(16)
Ajuste a valor de mercado	-	(1)	(1)
Saldo em 31/12/2012	27.604	7.633	35.237

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado. Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 2012 e 2011 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluindo no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Modelos baseados em metodologias próprias, para o ativo ou passivo. **Nível 2 • Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos.

Descrição	2012	2011
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	27.604	23.173
Disponível para venda	7.633	9.022
Total	35.237	32.195

dos bilhetes a receber, a Administração da Companhia avalia que não há risco relevante de crédito. No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Crédito. Resumidamente, os critérios para exposição de crédito adotados pela Companhia, são os seguintes: a) Títulos públicos federais: até 100%; b) Títulos públicos estaduais e municipais: 0%; c) Empresas não financeiras (títulos corporativos): é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para limitar a exposição máxima a títulos de emissão de uma determinada empresa não financeira. d) Instituições financeiras: é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score". Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco para compra de papéis emitidos por instituições financeiras. Os limites de exposição a risco são monitorados regularmente pela área de Análise Quantitativa e de Risco sendo avaliados de forma consolidada. **4.3. Risco de mercado.** O risco de mercado é o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos. **4.3.1. Risco de taxa de juros.** O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente da carteira de investimentos. A Companhia busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais, comportamento dos passivos e aspectos de liquidez. Adicionalmente, são estabelecidos de forma consolidada limites máximos de *Value at Risk* (VaR), e é realizada a análise de cenários alternativos conhecidos como "stress testing". Os instrumentos financeiros derivativos podem ser utilizados como forma de reduzir os impactos oriundos da alteração nas taxas de juros. **4.4. Risco de liquidez.** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado diariamente e revisa as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas (vide nota 11.2 – Garantia das provisões técnicas). A seguir, tabela com os instrumentos financeiros por idade de vencimento:

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento		Mais de 02 anos e até 05 anos		Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
	2012	2011	2012	2011				
Aplicações	31.309	3.935	35.244	35.237				
Valor justo por meio do resultado	27.604	-	27.604	27.604	-	-	27.604	
Disponível para venda	3.705	3.935	7.640	7.633	(7)	7.633		

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento		Mais de 02 anos e até 05 anos		Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
	2011	2010	2011	2010				
Aplicações	30.248	1.953	32.201	32.195				
Valor justo por meio do resultado	23.173	-	23.173	23.173	-	-	23.173	
Disponível para venda	7.075	1.953	9.028	9.022	(6)	9.022		

4.5. Capital requerido. Durante o exercício de 2012, a Companhia apresentou patrimônio líquido ajustado superior ao capital mínimo requerido exigido pelo regulador.

Descrição	2012	2011
Patrimônio líquido contábil	14.808	13.951
Deduções:		
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	-	(8)
Ativos intangíveis	(34)	(23)
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	14.774	13.920
Margem de solvência		
0,20 Prêmios Retidos - Média anual dos 12 últimos meses	5.163	5.116
0,33 Sinistros Retidos - Média anual dos 36 últimos meses	7.239	6.875
Máximo entre prêmios e sinistros	7.239	6.875
Capital base (b)	4.000	4.000
Capital adicional (e)	936	1.117
Capital adicional de risco de subscrição (c)	-	-
Capital adicional de risco de crédito (d)	936	1.117
Capital Mínimo Requerido - CMR (b) + (e)	4.936	5.117
Maior entre CMR e Margem de solvência (f)	7.239	6.875
Suficiência de capital - R\$ (g) = (a) / (f)	7.535	7.045
Suficiência de capital - % (h) = (g) / (a)	51,00%	50,61%
(e) Obtido pela fórmula $\sqrt{((c)^2+(d)^2)+(c*d)}$		

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	9.022	9.022		9.022
Letras financeiras do tesouro	-	-	9.022	9.022	SELIC	9.022
Títulos de renda variável	-	-	6	6		6
Ações	-	-	6	6		6
Impairment	-	-	-	(6)		(6)
Quotas de fundos de investimentos	23.173	23.173	-	-		23.173
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	23.173	23.173	-	-		23.173
Subtotal	23.173	23.173	9.028	9.022		32.195
		72%		28%		100%
Outras aplicações	-	-	-	-		16
Total						32.211
Circulante						32.195
Não circulante						16

A estimativa utilizada pela SulAmérica para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. **6. Outros créditos operacionais.** O principal valor refere-se a contas a receber, referente ao consórcio DPVAT, conforme informe da Seguradora Líder, que em 2012 é de R\$689 (R\$1.367 em 2011).

Descrição	2012	2011
Impostos a compensar/ recuperar	602	318
Créditos tributários	2.414	2.348
Total	3.016	2.666
Circulante	473	318
Não circulante	2.543	2.348

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo 2012	Ativo 2011	Passivo 2012	Passivo 2011	Despesa 2012	Despesa 2011
Saepr Serviços e Participações S.A. (a)	Coligada	Sul América S.A.	-	-	130	200	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (b)	Outros	Sul América S.A.	-	-	2	2	(21)	(36)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A (f)	Outros	Sul América S.A.	62	57	-	-	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (d) (e)	Controladora	Sul América S.A.	5	5	145	415	(60)	(181)
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (c)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	(1)
Gouvea Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	-	-	-	-	(1)	(1)
Total			67	62	277	677	(82)	(219)

(a) Valor referente a dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios da Companhia; (b) Valor referente a taxa de administração cobrada pela SAMI por serviços de gestão de ativos; (c) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Transações em conta corrente entre companhias, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova Matrix; e (f) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores. Em 2012 a Companhia liquidou dividendos junto a seus acionistas no montante de R\$273 (R\$221 em 2011) para a SAEPR e R\$304 (R\$245 em 2011) para a SALIC. **13. Compromissos e ônus a liquidar – Outros créditos.** Em 2012, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$623 (R\$640 em 2011), registrados na rubrica "Outros créditos", no ativo circulante. **14. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais**

Descrição	Depósitos judiciais e fiscais		Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
	2012	2011		
Fiscais:				
COFINS	1.565	-	-	1.050
PIS	3.448	-	-	2.330
Contribuição Social	2.479	-	-	2.428
Imposto de renda	1.005	-	-	1.037
Outros	168	-	-	-
Previdenciárias:				
INSS	431	431	-	-
Total	9.096	9.096	431	6.845
Não circulante			431	6.845

7.1. Impostos a compensar / recuperar

Descrição	2012	2011
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	323	187
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSL	135	1
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	129	113
Outros	15	17
Total	602	318

Cíveis:	Saldos em 31/12/2011		Atualização (Pagamentos) / monetária		Saldos em 31/12/2012	
	Adições		(baixas)			
Cíveis.....	1.047	-	50	(1.097)	-	
Tributárias:						
PIS.....	1.801	470	68	(9)	2.330	
COFINS.....	993	-	57	-	1.050	
CSLL.....	2.498	49	167	(286)	2.428	
Imposto de renda	983	17	37	-	1.037	
Outros.....	17	-	-	(17)	-	
Subtotal.....	6.292	536	329	(312)	6.845	
Previdenciárias:						
INSS.....	413	-	18	-	431	
Total.....	7.752	536	397	(1.409)	7.276	

Em 31/12/2012, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$5.066 (R\$4.392 em 2011). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$3.071 (R\$2.974 em 2011) refere-se principalmente a obrigações fiscais. **14.2. Ações fiscais. (a) COFINS.** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei Nº10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. Os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração. **(b) PIS.** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais Nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997, depositadas judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). **(c) IRPJ.** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se ineditável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados na sua totalidade. **(d) CSLL.** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo contingente provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente, com a edição da Lei Nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados.

15. Patrimônio líquido. 15.1. Capital social. O capital social da Companhia em 31/12/2012 e 2011 é de R\$9.866, representado por 115.812 ações ordinárias e 115.812 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas. **15.2. Reserva legal.** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **15.3. Reserva estatutária.** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social destinada à expansão de negócios sociais, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **15.4. Política de distribuição de dividendos.** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.

15.5. Distribuição do resultado. Em 31/12/2012 e 2011, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

	2012	2011
Lucro antes dos impostos e participações	1.456	3.881
(-) Impostos e contribuições.....	(296)	(1.566)
Lucro líquido do exercício	1.160	2.315
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(58)	(116)
Lucro líquido ajustado	1.102	2.199
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado.....	275	550
Total dos dividendos obrigatórios (A)	275	550
Dividendos adicionais (B).....	-	27
Total dos dividendos propostos (A) + (B)	275	577
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária.....	827	1.622

16. Detalhamento das contas do resultado. 16.1. Ramos de atuação

DPVAT...	2012			2011		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissão-namento	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissão-namento
	25.520	87,9%	1,5%	25.553	87,0%	1,5%

16.2. Sinistros ocorridos

Descrição	2012	2011
Sinistros.....	(20.478)	(20.546)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados ..	(1.960)	(1.691)
Total.....	(22.438)	(22.237)

16.3. Custos de aquisição

Descrição	2012	2011
Comissões:		
Sobre prêmios diretos.....	(375)	(372)
Total.....	(375)	(372)

16.4. Despesas administrativas

Descrição	2012	2011
Serviços de terceiros.....	(282)	(177)
Localização e funcionamento.....	(112)	(234)
Despesas administrativas do convênio DPVAT ..	(1.455)	(1.708)
Despesa com publicações.....	(93)	(87)
Outras.....	(109)	(217)
Total.....	(2.051)	(2.423)

16.5. Resultado financeiro. 16.5.1. Resultado financeiro por categoria

Descrição	2012	2011
Títulos e valores mobiliários	2.964	4.149
Valor justo por meio do resultado.....	2.256	2.538
Disponível para venda.....	708	1.611
Operações de seguros	(2.165)	(2.435)
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais, provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	141	177
Outros	117	217
Total.....	1.057	2.108

16.5.2. Receitas financeiras

Descrição	2012	2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	2.353	2.552
Títulos de renda fixa - Públicos.....	710	1.614
Operações de seguros.....	-	24
Consórcio DPVAT.....	76	101
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais ..	610	455
Outras.....	169	277
Total.....	3.918	5.023

16.5.3. Despesas financeiras

Descrição	2012	2011
Operações de seguros.....	(2.165)	(2.459)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados.....	(99)	(17)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(469)	(278)
Outras.....	(128)	(161)
Total.....	(2.861)	(2.915)

17. Reconciliação de imposto de renda e de contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas

oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social.	1.456	1.456	3.881	3.881
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais.....	(364)	(218)	(970)	(582)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	-	-	-	(72)
Despesas não dedutíveis.....	(24)	(3)	(8)	(5)
Outras adições.....	-	-	-	(82)
	(24)	(3)	(8)	(159)
Exclusões:				
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	10	6	483	-
Atualização de depósitos judiciais.....	140	84	94	57
Outras exclusões.....	37	7	71	-
	187	97	648	57
Redução de incentivos fiscais	4	-	11	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(197)	(124)	(319)	(684)
Diferidos:				
Constituição (reversão) - Crédito tributário sobre diferenças temporárias.....	(23)	(14)	(484)	71
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais.....	(140)	(84)	(94)	(56)
Constituição / (reversão) da contingência.....	-	286	-	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(163)	188	(578)	15
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(360)	64	(897)	(669)
Alíquota efetiva	25%	-4%	23%	17%
Alíquota efetiva combinada	21%	-	40%	-
18. Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais			2012	2011
Lucro líquido do exercício			1.160	2.315
Mais				
Depreciações e amortizações.....			13	6
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais.....			409	77
Juros e variações monetárias de créditos a compensar.....			-	19
Menos				
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais ..			(559)	(428)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar.....			(2)	(8)
Atividades operacionais				
Varição de aplicações.....			(3.043)	6.587
Varição de outros créditos operacionais.....			678	(702)
Varição de títulos e créditos a receber.....			524	2.115
Varição de despesas antecipadas.....			8	(8)
Varição de contas a pagar.....			664	(3.063)
Varição de débitos de operações com seguros e resseguros			(658)	330
Varição de depósitos de terceiros.....			-	(1)
Varição de provisões técnicas - Seguros.....			2.861	2.696
Varição de outros débitos.....			(1.382)	282
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais			661	10.501

19. Evento subsequente. Em 18/02/2013 foram publicadas várias normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes: **(a)** as Resoluções CNSP nºs 280 e 283 de 30/01/2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31/12/2013; e **(b)** Resolução CNSP nº 281 de 30/01/2013 e Circular SUSEP nº 462 de 31/01/2013, que institui regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31/12/2013. A Companhia está avaliando os impactos dessas normas.

Diretoria: Diretor-presidente: Thomaz Luiz Cabral de Menezes; **Diretores:** Arthur Farne d'Amoed Neto; Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Fabiane Reschke; Laenio Pereira dos Santos
Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7; **Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963

Parecer atuarial

A Companhia atua exclusivamente nas operações de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT. De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 1º do anexo I da Circular SUSEP nº 272/2004 está excluído da obrigatoriedade da avaliação atuarial o ramo de seguro DPVAT. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2013.

Marcos Vinicius Spiguel Coelho de Castro - Atuário Responsável Técnico MIBA/MTPS/1.404; Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho - Diretor Responsável Técnico.

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da

Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis referendadas pela SUSEP e adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 29 da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de disposições legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013. Carlos José da Silva Azevedo - Presidente; Jorge Augusto Hirs Saab - Membro; Jorge Hilário Gouvêa Vieira - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Companhia de Seguros Gerais. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013